

CORREIO PAULISTA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Plenário da Câmara dos Deputados em Brasília

Lista aponta 16 parlamentares de SP influentes no Congresso

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) incluiu 16 representantes de São Paulo na lista dos "Cabeças do Congresso Nacional 2026", que reúne os deputados e senadores com maior capacidade de influência no processo legislativo. Entre os deputados federais estão Alencar Santana (PT), Arlindo Chinaglia (PT), Arnaldo Jardim (Cidadania), Baleia Rossi (MDB), Carlos Zarattini (PT), Erika Hilton (PSOL), Jonas Donizette (PSB), Kim Kataguirí (Missão), Luiz Carlos Motta (PL), Luiza Erundina (PSOL), Marcos Pereira (Republicanos), Orlando Silva (PCdoB), Paulinho da Força (Solidariedade), Paulo Teixeira (PT), Rodrigo Gambale (Podemos) e Tabata Amaral (PSB). Nenhum dos três senadores paulistas integra a relação deste ano.

Sobre o levantamento do DIAP

O levantamento divulgado pelo DIAP identifica os parlamentares com maior capacidade de influenciar decisões no Legislativo federal. A seleção considera critérios como liderança em debates, articulação política, negociação, formulação de propostas e influência em votações. A edição de 2026 reúne 100 congressistas — 69 deputados e 31 senadores, que vêm assumindo missões partidárias e ampliando seu protagonismo político.

Valter Campanato/Agência Brasil



Deputada tenta se firmar como nome viável à Esquerda

PV manifesta apoio à Marina Silva

O diretório municipal do Partido Verde (PV) em São Paulo declarou apoio à pré-candidatura da ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ao Senado nas eleições de 2026. A decisão foi anunciada após reunião entre lideranças do PV e da Rede Sustentabilidade. Em publicação nas redes sociais, o PV afirmou que a candidatura representa "um salto de qualidade para o Senado" e um apoio relevante ao governo do presidente Lula(PT). Marina foi candidata à Presidência pelo PV em 2010 e integra a Rede Sustentabilidade desde 2015. PT, PCdo B e PV fazem parte da mesma federação.

Indefinição na chapa de Lula em SP

Além do PV, PSOL e PDT já anunciaram apoio ao nome de Marina, que disputa com Márcio França (PSB) a segunda vaga na chapa governista para concorrer ao Senado por São Paulo em outubro. A primeira vaga deve ficar com Simone Tebet (PSB). A decisão final caberá ao presidente Lula (PT). O nome que sobrar poderá integrar a chapa como vice de Fernando Haddad(PT)na disputa pelo Governo.

POR
ANDRÉ SOUZA

André do Prado

O presidente da Alesp, André do Prado (PL), pré-candidato ao Senado, publicou nas redes sociais apoio total às propostas na área de segurança pública, apresentadas pelo pré-candidato à Presidência da República, Flávio Bolsonaro (PL). "O Brasil precisa enfrentar a criminalidade com coragem e firmeza" - disse.

Flávio Bolsonaro

No vídeo repostado por André, Flávio apresenta propostas com foco no endurecimento das penas, recuperação de territórios dominados pelo crime e fortalecimento do sistema prisional no combate à criminalidade. "Precisamos fazer com que esses marginais sejam severamente punidos" - disse.

Fernando Haddad I

Durante entrevista a jornalistas nesta quinta(18), o pré-candidato ao Governo, Fernando Haddad (PT) comentou a condenação de Eduardo Bolsonaro pela Justiça criticando a postura do adversário, Tarcísio de Freitas(Republicanos) no caso. "Eu acho que o Tarcísio peca quando ele critica a Justiça"

Fernando Haddad II

"O pessoal[Eduardo]foi pros Estados Unidos conspirar contra nossa soberania nacional, prejudicou a economia paulista mais do que qualquer outra e ele [Tarcísio] não quer entender que a postura do Eduardo prejudicou o estado que ele governa. O governador de São Paulo é um mau exemplo criticando a justiça nesse caso"- disse

Trabalhadores CPTM

A Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho da Alesp realizou na quinta-feira (18), audiência pública para discutir o PL nº 730/2025, do deputado Guilherme Cortez(PSOL), que autoriza o governo estadual a absorver trabalhadores da CPTM vinculados às linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade, concedidas à iniciativa privada.

Trabalhadores II

O texto prevê o aproveitamento desses profissionais em órgãos e entidades da administração pública estadual, buscando preservar vínculos de trabalho e aproveitar a experiência técnica dos empregados. O evento contou com a presença dos trabalhadores da CPTM, sindicatos da categoria e representante do TRT.



Corte recomendou revisão de incentivos fiscais a empresas

Com ressalvas, TCE-SP aprova as contas de Tarcísio

Tribunal apontou falhas em renúncias fiscais e na previdência

Da Redação

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) emitiu parecer favorável às contas do governador Tarcísio de Freitas referentes ao exercício de 2025. A decisão foi aprovada por unanimidade pelo plenário da Corte em sessão realizada na quarta-feira (17), sob relatoria do conselheiro Marco Bertaiolli. Apesar da aprovação, o órgão registrou três ressalvas e apresentou recomendações ao Executivo estadual.

As observações do tribunal concentram-se em "impropriedades identificadas nas demonstrações contábeis, na política de renúncia de receitas tributárias e na gestão previdenciária dos servidores públicos". O parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), responsável pelo julgamento definitivo das contas do governador.

Durante a apresentação do relatório, o conselheiro Marco Bertaiolli destacou fragilidades na concessão e fiscalização de benefícios fiscais relacionados ao ICMS. Segundo o conselheiro, auditorias realizadas pelo tribunal identificaram situações em que empresas utilizaram créditos outorgados sem que houvesse relação direta entre a atividade econômica desenvolvida e o incentivo recebido.

O relator apontou casos em que o volume de vendas declarado por beneficiários não seria suficiente para justificar os crê-

ditos fiscais obtidos. Em algumas situações, segundo o parecer, foram identificadas empresas sem registro de vendas, apesar da utilização dos benefícios tributários.

Outro ponto destacado foi o crescimento das renúncias fiscais concedidas pelo Estado. O conselheiro classificou esse conjunto de incentivos como um "orçamento paralelo", em razão do volume de recursos envolvidos e da dificuldade de mensurar seus resultados. O relatório aponta ausência de informações que permitam avaliar de forma consistente a efetividade das medidas adotadas. De acordo com o parecer, não foram apresentados elementos suficientes para demonstrar a necessidade pública de cada benefício concedido nem indicadores que comprovassem retorno econômico ou social decorrente dos incentivos. Entre os critérios citados pelo tribunal estão a geração de empregos, a atração de investimentos, o desenvolvimento regional e o estímulo à inovação.

O TCE recomendou que a Secretaria da Fazenda aperfeiçoe os mecanismos de concessão, acompanhamento e avaliação das renúncias tributárias. A orientação é que sejam estabelecidos critérios mais objetivos para medir os resultados dos programas e justificar a manutenção dos incentivos. A Corte também registrou ressalvas relacionadas à gestão previdenciária e inconsistências em demonstrações contábeis, mas que não comprometeram a regularidade geral das contas.